

## **Esboço de declaração política da plenária sindical e popular do Espaço de Unidade de Ação**

As perspectivas para o ano de 2016 são de continuidade e aprofundamento das crises econômica e política, e, nessa esteira, do aumento da polarização social que tem marcado a sociedade brasileira e a permanência, na superestrutura política, da polarização entre os dois blocos burgueses, um capitaneado pelo PT e outro pelo PSDB. Esse cenário mantém o nosso desafio de, nas mobilizações da classe, construir uma alternativa dos trabalhadores.

O novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, assume a pasta no dia 21 de dezembro e, não só mantém o essencial da política econômica que Joaquim Levy vinha implementando, mas anuncia, com as bênçãos da presidenta Dilma Rousseff, uma nova reforma da previdência, que elevaria mais uma vez a idade mínima e igualaria a idade de homens e mulheres para se aposentar.

Mas essa é só a ponta da política econômica que permanece e será aprofundada, com mais ajuste fiscal, ampliação da DRU, a proposta de retorno da CPMF, o arrocho nos salários, desemprego, carestia, aumento de tarifas, recessão e retirada de direitos trabalhistas e o aprofundamento da política de privatizações, com o PL 555 e como está ocorrendo na Petrobras, hospitais universitários, rodovias e aeroportos, dentre outros. O veto presidencial à auditoria da dívida, proposta na Lei Orçamentária, é mais uma demonstração da subserviência do governo aos interesses dos banqueiros. O aprofundamento da crise econômica internacional, em particular com a desaceleração chinesa e seus reflexos nas exportações brasileiras, a queda nos preços do petróleo e das commodities, tende a dar o tom de um ano de muitos ataques aos direitos da classe trabalhadora.

As grandes empresas, que lucraram como nunca no período anterior e, em alguns casos, seguem lucrando bastante, anunciam ou ameaçam com demissões massivas. É o caso da Usiminas, CSN, Namisa, empreiteiras da construção civil e pesada. E os governos municipais e estaduais também tentam jogar nas costas dos servidores públicos o ajuste das contas, atrasando e parcelando o pagamento de salários, rescindindo contratos, além de muitos que não pagaram o 13.º dentro do prazo. A CELG - companhia elétrica de Goiás - está sob ameaça de privatização e demitiu milhares de trabalhadores também.

Mas há um elemento também bastante dinâmico da realidade que é a resistência dos trabalhadores a esses ataques. Apesar de todo esse cenário desfavorável e da política da maioria das direções sindicais, como a CUT e Força Sindical, que estão apresentando propostas para que o governo dê mais dinheiro às empresas, assinando acordos de PPE e fazendo lobby pelas empreiteiras da Lava Jato, muitas lutas em defesa do emprego e dos direitos, contra o ajuste fiscal nos estados e municípios estão ocorrendo. A elas se somam as mobilizações, principalmente da juventude, contra os aumentos abusivos das tarifas nas principais capitais do país. Nesse momento, os operários da GM de São José dos Campos estão em greve há quatro dias reivindicando o pagamento de uma PLR (Participação nos Lucros e Resultados) maior.

Ou seja, apesar do quadro que aponta para o agravamento das demissões e da recessão econômica no país, a classe trabalhadora e a juventude não se sentem derrotadas e demonstram potencial para lutar e seguir resistindo aos ataques contra a nossa classe.

Para além do caráter objetivo dessas lutas, o que estamos vendo é que como já vinha ocorrendo no ano anterior, essa disposição para a ação e a radicalidade são a tônica social que permanece e podem seguir aumentando, como nas greves e como vimos no espetacular exemplo dos secundaristas de SP.

Muitas dessas mobilizações, greves e manifestações, e outras lutas como as retomadas de territórios indígenas nas aldeias guarani-kaiowás do Mato Grosso do Sul, se enfrentam com a truculência e repressão das polícias militares e outros órgãos de repressão do estado, o que também exige uma política de denúncia dos governos, de exigência de desmilitarização e fim das PMs e a manutenção de uma forte campanha contra a criminalização dos movimentos sociais.

### **A urgência da construção de uma alternativa política**

A crise política e a disputa inter-burguesa no país exigem a construção de uma alternativa classista, que expresse os interesses da classe trabalhadora e da juventude desse país. Não podemos ser reféns nem do bloco governista, encabeçado pelo PT, nem da oposição burguesa de direita, que tem o PSDB à frente.

Nesse sentido foi absolutamente correta a posição das organizações que compõem o Espaço de Unidade de Ação em não participar dos atos dos dias 13 e 16 de dezembro passado. No dia 13 foram às ruas movimentos e partidos da oposição burguesa de direita, que defendem o impeachment como saída política para a crise, capitaneados pelo PSDB, DEM, PPS e amplos setores do PMDB ligados a Eduardo Cunha e outros reacionários. Já no dia 16 as organizações da "Frente Brasil Popular" e a maioria da "Frente do Povo Sem Medo", dentre elas a CUT, UNE, CTB, MST e MTST, além do PT e PCdoB, partidos da base de sustentação do atual governo, fizeram suas manifestações tendo como centro a defesa do mandato de Dilma.

Os trabalhadores e a juventude não estão representados politicamente por nenhum desses blocos, ambos compostos por setores burgueses de peso. As manifestações capitaneadas pela oposição burguesa de direita, que defendem o impeachment como saída política da crise e a substituição de Dilma por Temer ou Aécio, por óbvio, não poderiam contar com nenhum apoio de nossas entidades.

Da mesma forma não é correto para a defesa dos interesses de nossa classe exercitar uma política de engano, alardeando um suposto golpe contra Dilma, como forma de camuflar a defesa da continuidade de um governo que ataca os direitos, segue privatizando e submisso aos interesses da banca internacional. Um governo conivente com o aumento da criminalização das lutas e da piora nas condições de vida do povo pobre, negro em sua maioria, das

periferias, vítimas de um verdadeiro genocídio. Um governo que deixa a população LGBT refém do preconceito e da violência. Um governo que cada vez mais anti-operário e anti-popular.

Estamos vivendo um processo de ruptura de amplos segmentos dos trabalhadores e da juventude com o governo, com o PT e as direções burocráticas que defendem o governo, um processo histórico e muito positivo. Cabe aos setores consequentes da esquerda disputar os rumos políticos e apontar uma alternativa aos que rompem com a frente popular.

Não devem os trabalhadores e a juventude escolherem, portanto, entre os senhores da casa grande e os seus capatazes. Nós estamos pela saída de Dilma e também do Cunha. E não queremos que Temer ou Aécio assumam. A necessidade que temos é a de criar uma alternativa independente, que expresse os interesses da nossa classe trabalhadora e demais setores explorados.

**Nesse sentido, a plenária sindical e popular, convocada pelo Espaço de Unidade de Ação, adota os seguintes encaminhamentos:**

1. Orientamos a todas as entidades, movimentos e organizações que participam do Espaço de Unidade de Ação a seguirem fortalecendo e encabeçando as lutas de resistência em todos os estados, nos somando e organizando as mobilizações contra as medidas de ajuste fiscal dos governos, em defesa do emprego, contra as demissões, contra as privatizações, como as da CELG e do metrô de São Paulo, da Petrobras, dos correios e outras estatais, contra o reajuste das passagens, contra os ataques ao funcionalismo público e aos serviços públicos, pela apuração e punição do crime cometido pela Samarco/Vale/BHP em Mariana e na região do Rio Doce, em apoio às ocupações urbanas e a retomada das terras indígenas e quilombolas.

2. Buscar a mais ampla unidade nessas lutas, como forma de buscar derrotar os patrões e os governos em seus intentos de jogar a conta da crise nas costas dos trabalhadores e da juventude. Nesse sentido, fortalecer e organizar plenárias unitárias em todos os estados, para dar seguimento e fortalecer as lutas em curso.

3. Reafirmar as campanhas definidas nos encontros anteriores do Espaço de Unidade de Ação, mas, nesse momento, em particular, desenvolver uma forte campanha contra a nova reforma da previdência anunciada pelo governo, com iniciativas desse campo que se reúne no Espaço de Unidade de Ação, como um seminário nacional e outras atividades. Mas também exigir das centrais sindicais e organizações que estão na base de sustentação do governo que rompam com sua política de apoio a esse governo e se somem à luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra a nova reforma da previdência anunciada e também contra a reforma trabalhista que foi ventilada pelo novo Ministro. Precisamos construir as condições para uma greve geral nesse país, que possa unificar as lutas e enfrentar os governos, a patronal e seus ataques.

4. Seguir dando passos na organização de uma alternativa classista e de luta, frente ao governo Dilma e à oposição burguesa de direita, apontando a realização de uma nova manifestação nacional, buscando ampliar a presença dos setores sindicais e populares e da esquerda socialista, no primeiro semestre desse ano. A data e local serão definidos à luz dos desdobramentos da realidade política e econômica do país. Com esse objetivo, nos dirigimos aos companheiros da maioria da direção do PSOL, das Intersindicais e do MTST buscando construir as condições para essa unidade.

5. Também devemos construir e intervir nas manifestações do dia 8 de março, o Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, fortalecendo as ações contra o machismo, a violência, em defesa da legalização do aborto e dos direitos das mulheres ameaçados por Dilma, Cunha e o Congresso corrupto.

6. Abrir um debate nas organizações sindicais, populares e da juventude sobre a organização de um ato nacional no dia 1.º de maio, alternativo aos atos tradicionalmente organizados pela CUT e Força Sindical, com seus aliados, que tendem a expressar os dois blocos políticos, o de apoio e o de oposição de direita ao governo Dilma. Essa manifestação no dia 1.º de maio, se aprovada, não se contrapõe à realização da manifestação apontada no item 4 dessa resolução.

7. Editar um jornal nacional, com tiragem a mais ampla possível, assinado pelas organizações do Espaço de Unidade de Ação, como forma de propagandear as posições comuns construídas entre as nossas entidades, disputar a consciência dos trabalhadores e da juventude, ampliando a nossa ação comum e construindo nos estados, nas regiões e categorias esse polo alternativo aos dois campos burgueses que polarizam o país.

8. Esse material deve apresentar um programa alternativo, que enfrente os grandes dilemas do país e de defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora, que tanto o governo quanto a oposição de direita não tem condições de enfrentar. Nesse sentido, deve apresentar as propostas comuns desse campo que, colocando-se contra os dois blocos burgueses, enfrentem a questão da dívida pública, do sistema financeiro, da estatização das empresas privatizadas, da estabilidade no emprego, da defesa dos serviços públicos, da previdência social, dos direitos trabalhistas e das condições de vida da nossa classe e da juventude, dos direitos das mulheres, negros e negras, LGBTs, das populações originárias, dentre outras.

9. Sem prejuízo da autonomia das entidades, reafirmar como balizador geral da nossa orientação em conjunto as bandeiras construídas no encontro de setembro de 2015, que partem de uma consigna que afirma a nossa oposição aos dois blocos: "Contra Dilma-PT, Cunha, Temer e Renan-PMDB; Aécio/PSDB! Derrotar o ajuste fiscal! Que os ricos paguem pela crise! Por uma alternativa classista dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre!"